



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

123
ds

PARECER Nº 480 /2022 PMG – MB/SE

ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação –
CPL.

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA
REGISTRO DE PREÇO. MENOR PREÇO POR
ITEM, CONSIGNADO EM ATA. PRAZO DE 12
(DOZE) MESES.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS FUNERÁRIOS
E TRANSLADO A FIM DE ATENDER A
PESSOAS COMPROVADAMENTE CARENTES DE
ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 811 DE 20
DE DEZEMBRO DE 2017.

SOLICITANTE: FUDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOQUIM.

1-RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo de Licitação na modalidade ***Pregão Eletrônico, sistema de registro de preço, do tipo menor preço por item, consignado em ata, prazo de 12 (dozes) meses***, encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, por meio da Comunicação Interna n. 77/2022, de 27/10/2022, para fins de análise e emissão de parecer jurídico acerca da Minuta do Edital e da Ata de Registro de Preços, conforme Lei n.º 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao Pregão por força do artigo 9.º da Lei n.º 10.520/2002, objetivando a proposta mais vantajosa (menor preço por item) para **contratação de Empresa Especializada para serviços funerários e translado a fim de atender a Pessoas comprovadamente carentes de acordo com a Lei Municipal Nº 811 de 20 de Dezembro de 2017, de acordo com as especificações, quantidades**

R



estimadas e condições constantes do Termo De Referencia deste edital, para atender as necessidades do Fundo Municipal De Assistência Social.

Foram acostados aos autos os seguintes documentos:

1. Solicitação de cotação de preços do Fundo Municipal de Saúde para contratação de empresa especializada para serviços funerários e traslado a fim de atender a pessoas comprovadamente carentes de acordo com a Lei Municipal nº 811 de 20 de Dezembro de 2017; (fls. 01/02);
2. Comunicado do Setor Financeiro FMAS, informando que será realizada abertura de processo licitatório através do sistema Registro de Preços que tem como objeto a contratação de empresa especializada para serviços funerários e traslado a fim de atender a pessoas comprovadamente carentes de acordo com a Lei Municipal nº 811 de 20 de Dezembro de 2017; (fl.03);
3. Relatório de cotação: Serviço Funerário completo 2023; (fls.04/18);
4. **SD – Solicitação de Despesa n.º 667/2022**, de 29/09/2022, no Valor de R\$ 470.199,60 subscrita pelo Senhor Prefeito Municipal, Secretária da Assistência social, responsável/ordenador de despesa, e pela Controladora Municipal (fls.19/20);
5. Justificativa da Secretaria de Assistência Social e do Trabalho, referente abertura de processo licitatório para eventual prestação de serviços funerários; (fls. 21/23);
6. Lei nº 811/2022 de 20 de Dezembro de 2017, que regulamenta a concessão dos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social e Cria os Programas Municipais Aluguel Social, Renda Cidadã, Mesa cheia, Minha Casa Nova e Peixe na mesa, destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social e dá outras providencias. (fls.24/33);
7. Termo de referencia feito pela secretária Municipal de Assistência Social e do Trabalho da Prefeitura Municipal de Boquim/Se (fls.34/38);
8. Cópia da Portaria nº 003/2022, de 03 de janeiro de 2022, a qual designa Pregoeira e compõe equipe de apoio para atuarem em licitação na modalidade Pregão, no âmbito das Secretarias/Fundos de Assistência Social e de Saúde do Município de Boquim/SE (fl. 39);
9. Certificado da Pregoeira Sra. Gabriela Assunção Oliveira (fls. 40/41);
10. Decreto nº 190/2017, de 24 de julho de 2017, que regulamenta o Sistema de Registo de Preços previsto no art. 5 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências, (fls. 42/51);

2



11. Decreto nº 104, de 27 de março de 2020, que regulamenta a modalidade Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia no âmbito do Município de Boquim, (fls. 52/77);
12. Justificativa para Adoção de Sistema de Registro de Preço, subscrita pela Pregoeira Sra. Gabriela Assunção Oliveira (fl.78);
13. Minuta do Edital e seus anexos: Anexo I: Termos de Referência; Anexo II: Modelo de Proposta de Preços; Anexo III: Declaração de que não emprega Menor; Anexo IV: Declaração de MPE, Anexo V: Declaração Referente à Habilitação Anexo VI: Minuta da Ata de Registro de Preços (fls. 79/121);
14. Comunicação Interna nº 77/2022, de 27/10/2022, feito pela CPL (fl.122);

2-FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe ressaltar que, em respeito ao consagrado **Princípio da LEGALIDADE** (CF/88, artigo 37, caput), a Administração Pública é pautada sobre ditames legais, e que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, prestando esta Procuradoria consultoria sob o prisma estritamente jurídico, *não lhe competindo adentrar na conveniência e/ou oportunidade dos atos de gestão, nem apreciar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa*, da exclusiva competência e responsabilidade da Própria Comissão Permanente de Licitação – CPL e da Pregoeira designada, a quem caberá observar, rigorosa e fielmente, os termos do Decreto Municipal 104/2020 e 190/2017, da Lei n.º 10.520/2002, as regras do Edital e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666/93, dentre outras normas, sobretudo a *observância intransigente dos seguintes princípios: procedimento formal; publicidade de seus atos; igualdade entre os licitantes; vinculação do edital; julgamento objetivo e adjudicação compulsória do vencedor.*

Outro ponto a ser considerado é o **Princípio da IMPESSOALIDADE**, sendo a impessoalidade dos atos administrativos pressuposto da supremacia do interesse público, haja vista que, *quebrada a isonomia no tratamento com os particulares, o administrador deixa de observar o interesse da coletividade, bem maior e objeto principal do Direito Administrativo.*

Nesse diapasão, Hely Lopes Meireles ensina que:

[..] o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 88 (art. 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal."

(Hely Lopes, 1997, pg.85)

3



126
de

Com efeito, intimamente ligado ao princípio da impessoalidade está o **Princípio da IGUALDADE**. Na Carta Política de 1988 e no art. 3º da lei 8666/93, tal preceito determina a competição entre os licitantes de forma igualitária, sendo que à Administração Pública cabe tratar todos os administrados de forma a impedir favoritismos, obrigando-a tratar todos os licitantes de forma isonômica, preservando as diferenças existentes em cada um deles.

O pregão eletrônico visa, basicamente, aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório, uma vez que este depende de tempo e recursos do orçamento público. Permite, ainda, a ampliação da disputa, com a participação de maior número de empresas, de diversos estados, uma vez que é dispensável a presença dos licitantes no local. Os requisitos a serem observados na fase preparatória do pregão eletrônico foram estabelecidos no artigo 8º, do Decreto nº 10024/2019.

Considera-se, também, o Pregão Eletrônico como uma modalidade mais ágil e transparente, possibilitando uma negociação eficaz entre os licitantes, permitindo, ainda, a simplificação das etapas burocráticas que tornavam vagarosa a contratação, tornando o processo final mais eficiente e menos custoso para a Administração Pública.

Dito isso, passemos à análise da Minuta do Edital, tendo por objeto a contratação de Empresa Especializada para serviços funerários e traslado a fim de atender a Pessoas comprovadamente carentes de acordo com a Lei Municipal Nº 811 de 20 de Dezembro de 2017, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo De Referencia deste edital, para atender as necessidades do Fundo Municipal De Assistência Social, à luz dos procedimentos insculpidos na Lei 8.666/93.

A análise da minuta do edital e do contrato será conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, ou seja, a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações; Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.746, de 05 de Junho de 2012, Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01/2019, de 19 de Janeiro de 2010, da Instrução Normativa SERGES/MP nº 03, de 26 de Abril de 2018, Decreto nº 8.538/2015, Lei nº 11.488/2007 e Decreto Municipal nº 104/2020 e Decreto Municipal nº 190/2017 que regulamenta o Pregão Eletrônico.

Importante ressaltar que esta Procuradoria Jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade das minutas, ressaltando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços entendidos como necessários, bem como a forma de execução.



Analisando o preâmbulo da Minuta do Edital verificou-se que este atende todas as exigências do Caput do artigo 40 da Lei 8.666/93, pois informa com clareza e objetividade o número de ordem em serie anual, os Órgãos partícipes como repartição interessada, a modalidade Pregão Eletrônico como sendo a adotada por este edital. Ademais, o critério de julgamento ou tipo de licitação menor preço, o modo de disputa é aberto, faz menção a legislação aplicável ao presente edital, indica a data, horário e endereço eletrônico onde será recebida a documentação e proposta.

Prosseguindo a análise, verificamos com clareza o objeto desta licitação, qual seja **contratação de Empresa Especializada para serviços funerários e traslado a fim de atender a Pessoas comprovadamente carentes de acordo com a Lei Municipal Nº 811 de 20 de Dezembro de 2017, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes do Termo De Referencia deste edital, para atender as necessidades do Fundo Municipal De Assistência Social.** Nos itens "1", "2", "3", "4", "5", "6" e "7", são apresentados a legislação aplicável, credenciamento, participação no pregão, apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, preenchimento da proposta, abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances, aceitabilidade da proposta vencedora.

As especificidades decorrentes da Lei Complementar no. 123/2006 alterada posteriormente pela Lei Complementar nº 147/2014, são observadas pela minuta do edital no item "3.7.a.2", criando assim os privilégios para as empresas de pequeno porte e micro empresas, posto se tratar de compromisso do legislador constituinte deste país, de observância obrigatória pela Administração Pública, independe da esfera em que se promova o certame licitatório.

Para participação nesta licitação, o edital prevê condições/exigências que deverão ser atendidas pelas empresas licitantes, estas exigências estão previstas nos art. 27 a 31 da Lei 8.666/93.

Está mencionado no item "24" o atendimento do Art. 14, da Lei nº 8.666/93, que condiciona a Administração Pública a apontar e reservar a dotação orçamentária a ser utilizada para o pagamento da contratação.

No que se refere às penalidades, o edital apresenta o rol de infrações que poderão acarretar a aplicação de sanções (item "22") ao contratado para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais, obedecendo ao inc. III, do art. 40 da Lei nº 8.666/93, que trata das sanções administrativas.

Pois bem. Depois de analisada a Minuta do Edital, passemos a verificar o teor da Minuta da Ata de Registro de Preço, à luz do artigo 55 da Lei n. 8.666/93, como determina o artigo 62, §2º do mesmo dispositivo legal, sendo cláusulas necessárias em todos os instrumentos formalizados com a Administração, concluindo-se, pois, que, numa análise preliminar, também a minuta da Ata de Registro de Preço atende as exigências da lei pátria, especificamente a lei n.º 10.520/2002, Decreto Municipal

128
t



n. 104/2020 e 190/2017, bem como o previsto no texto constitucional, mais precisamente no artigo 22, inciso XXVII.

Vale Ressaltar que a Ata de Registro de Preços tem validade de 1 (um) ano, computadas nessa as eventuais prorrogações, nos termos do artigo 15, §3º, III, da Lei 8.666/93. É importante observar que após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato predominam as regras contidas no artigo 57 da Lei 8.666/93.

Dito isso, oportuno frisar que o § 2º do art. 25 da Lei nº 8.666/93 estatui que, caso comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis e, nesse contexto, importante chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação da verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei nº 8.429/92, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei nº 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

3-CONCLUSÃO

Assim, ante todo exposto, manifesta-se esta Procuradoria pela pertinência jurídica das minutas do Edital e da Ata de Registro de Preços, pois cumprem as exigências da legislação vigente, especificamente a Lei 8.666/93 e a Lei 10.520/2002, bem como Decreto Municipal 104/2020 e 190/2017, e, ainda, a CRFB/88, pugnando para que sejam observadas/cumpridas as recomendações/orientações a seguir declinadas:

- a) Fazer revisão geral dos autos para identificar e colher eventuais assinaturas faltantes nos documentos residentes nos autos;
- b) Conferir se todos os documentos colacionados por cópia, ou seja, que não tenham sido apresentados em original, estão devidamente autenticados, por qualquer processo de cópia junto ao cartório competente ou servidor da administração, com a devida identificação, sob as penas da lei, conforme reza o artigo 32, caput, da Lei n.º 8.666/93, chamando a atenção para que sejam observadas, no que couber, as disposições contidas na Lei 13726/2018 que *"Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;*
- c) Prestar as devidas orientações ao **Fiscal do Contrato**, que deverá ser nomeado através Portaria do Sr. Prefeito, acerca das suas responsabilidades de fiscalizar, acompanhar e elaborar relatório circunstanciado sobre a efetiva execução do contrato e eventuais irregularidades, tendo presente as disposições insculpidas no **art. 67 da Lei 8.666/93;**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

129

[Handwritten mark]

- d) Antes da homologação, enviar os autos do processo à Controladoria Municipal para emissão do Parecer Final, na forma prevista no inciso VI do artigo 38 da Lei 8.666/93.
- e) Publicações necessárias.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Boquim/SE, 27 de Outubro de 2022.

Marcelo de Jesus Santos
Procurador Geral do Município
Decreto nº 012/2021